

PROJETO GUARDIÃO AMBIENTAL MIRIM

Andréa dos Santos Vieira¹; Kleverson Monteiro Costa²

RESUMO

A degradação ambiental no Brasil é um grave problema, afetando vários biomas, em especial o bioma cerrado, presente em Goiás. A tardia criação de Legislação específica contribuiu muito para o cenário de degradação que ameaça extinguir a biodiversidade do bioma. Surge, então a necessidade de uma formação socioambiental. Em Goiás, a Polícia Militar de Goiás criou o Comando de Policiamento Ambiental e instituiu o Projeto Guardião Ambiental Mirim, que conta com aulas teóricas e práticas que incluem a formação ambiental. Este estudo relata e discute a conscientização social e o trabalho policial na preservação ambiental através deste projeto. Consiste, portanto, em um estudo de caso com uma discussão sobre o Projeto Guardião Ambiental Mirim, trazendo a sensibilização frente aos problemas ambientais, levando as pessoas envolvidas a refletir sobre tal, a fim de buscar novas soluções para a preservação ambiental, sendo também inovador e desafiador por sua perspectiva de expansão. Conclui-se que o projeto possui resultados satisfatórios na formação das crianças goianas, cultivando uma consciência ambiental correta e minimizando, a longo prazo, os gastos de enfrentamentos para combate aos crimes ambientais.

Palavras-chave: Cerrado. Educação Ambiental e Polícia Ambiental

INTRODUÇÃO

Ao se tratar de meio ambiente é notável a preponderância de uma condição indispensável para a observância das prerrogativas constitucionalmente previstas que garantem pleno usufruto, por parte da coletividade, das benesses que constituem este Direito Fundamental. Tal condição figura-se na preservação, dever do Estado e de todos os cidadãos, sendo um princípio necessário para o bem-estar social.

Muitos são os mecanismos usados pelo Estado em suas divisões administrativas para buscar a preservação ambiental, sendo visível que há a necessidade de adaptação das políticas ambientais para cada conjectura em que as mesmas serão aplicadas. São variáveis de grandes abrangências, pois se trata de compreender desde os aspectos sociais até os aspectos físicos e geográficos.

No Estado de Goiás encontra-se o Cerrado, no qual é explícito a necessidade de preservação. Neste âmbito a secretaria de segurança pública de Goiás através da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) criou o Comando de Policiamento Ambiental (CPA) responsável pela elaboração e execução de métodos para ações que implicam a preservação do meio ambiente.

Se faz de grande importância salientar que tal iniciativa da PMGO se deu respaldada pelo art. 6º inciso V (Lei n. 7.804, de 18 de julho de 1989), que dispõe sobre a inclusão de órgãos estaduais como Órgãos Seccionais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). (BRASIL, 1989). Partindo de uma visão social, foi instituído pela CPA o Programa Guardião Ambiental Mirim (PGAM).

¹ Doutora em Geografia, Univers. Federal de Uberlândia, andrea.vieira@yahoo.com.br

² Policial Militar, PMGO, kleversonkaverna@gmail.com

A tal ponto faz-se necessário levantar a seguinte questão: Trabalhar políticas ambientais com a sociedade gera resultados satisfatórios?

A justificativa do presente artigo, gera primeiramente a necessidade de elucidar as questões que se sobressaem quando se trabalha preservação ambiental em um contexto tardio, onde é notável a degradação endêmica e por vezes injustificadas de um bioma. Assim faz-se imprescindível analisar e demonstrar os métodos adotados e a sua eficácia correlacionando-os com o fator social, por vezes relegado a segundo plano.

O objetivo geral do artigo é tratar da relação entre a conscientização social e o trabalho policial na preservação ambiental.

A educação socioambiental é um grande desafio que vem sendo enfrentado através de programas sociais. O presente artigo elenca os seguintes objetivos específicos, que são demonstrar e analisar a eficácia do programa PGAM e como se dá à implantação do programa em novas cidades junto às comunidades. Será abordado também a relevância da faixa etária escolhida pelo Programa e os efeitos pretendidos a médio e longo prazo com o mesmo.

REVISÃO DE LITERATURA

Conhecido por suas belezas naturais, mundialmente o Brasil se destaca pela sua grande biodiversidade, onde se tem a ocorrência de variados biomas, como a Amazônia, o Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, o Pampa e o Pantanal. (BARSANO; BARBOSA, 2013)

Em contrapartida a ocupação e exploração do território brasileiro, em longa data pauta-se em profundas alterações nos cenários naturais, com desrespeito às particularidades dos biomas resultando na degradação dos mesmos.

Primariamente tal ação se deu na Mata Atlântica, com os ciclos econômicos do Brasil, desde o extrativismo no início da colonização, passando pelo ciclo da cana de açúcar, aurífero, cafeeiro e finalmente agropecuarista, tornando a Mata Atlântica o bioma mais degradado do Brasil.

Em seguida tem-se o Cerrado como segundo bioma brasileiro que sofreu degradação em decorrência da ocupação humana. Tal bioma é o segundo maior da América do Sul, assim como é reconhecida por ser a savana mais rica do mundo, dotado de características biológicas ímpares.

No que tange às peculiaridades do Cerrado, Barsano e Barbosa (2013) caracteriza com definições de árvores pequenas com casca grossa, raízes profundas que auxilia na captação de água, gramíneas e ciperáceas, ou seja, vegetação típica em solo arenoso rico em alumínio e duas estações climáticas definidas sendo uma chuvosa e outra seca. O mesmo é considerado o celeiro das águas do país por apresentar uma drenagem perene para os principais cursos da água, nas chapadas e chapadões do Brasil Central tem uma vasta área de interflúvios, onde nascem várias fontes que alimentam as três principais bacias hidrográficas do país que são a Amazônica, a Platina, que compreende as bacias dos rios Paraguai e Paraná, e a do rio São Francisco. (PRADO, 2012)

Encontra-se a vegetação de Cerrado nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, também no Oeste de Minas Gerais e no sul do Maranhão, mas concentrada principalmente na região centro-oeste do Brasil. (BARSANO; BARBOSA, 2013)

Dados relatam a constante ameaça de extinção do Cerrado, de acordo com o IBGE (2015), no período de 2011 a 2012 a proporção da área desmatada no Cerrado atingira a 49,1%. Segundo o mesmo, no ano de 2009 chegou a cerca de 100 espécies o número de espécies da fauna extintas e ameaçadas de extinção. (IBGE, 2015)

O porque destes dados é explicado por Guimarães (2009), na qual cita que, nas sociedades atuais o ser humano tem-se afastado da natureza, assim desintegrando do todo, não percebendo mais a relação de equilíbrio da natureza, agindo de forma desarmônica sobre o ambiente, e, deste modo, causando desequilíbrios ambientais.

No estado de Goiás se tem a maior parte do Cerrado e o mesmo se beneficia de seus inúmeros recursos, desde a facilidade de agricultura, pecuária, a geração de energia através de hidrelétricas, abastecimento de água, até o turismo. Porém um dos grandes desafios do estado de Goiás são os incêndios que devastam áreas de vegetação, levando até a morte de animais silvestres, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no ano de 2017, Goiás teve 8772 focos ativos e já neste ano de 2018 já chegou 53 casos. (INPE, 2018)

O estado de Goiás está localizado no Planalto Central na qual possui uma área de 340.086 km², com altitudes elevadas onde se encontram a Chapada dos Veadeiros, Serra dos Cristais e a Serra dos Pirineus, composto por quatro bacias hidrográficas que são a Bacia do rio Paraná, a Bacia do Tocantins, a Bacia do rio Araguaia e a leste do Estado um pedaço da Bacia de São Francisco.

De acordo com o IBGE (2017), no ano de 2017 o censo indicou que no estado de Goiás a população era de 6.778.772 habitantes. A economia é baseada em agricultura, pecuária, comércio, indústrias de mineração, alimentícia, confecções, mobiliária, metalurgia e madeireira, tendo como grande empreendimento a agropecuária, por ser rico em reservas minerais consequentemente impulsiona a economia e assim auxiliando na economia do estado. Tudo isso de um modo geral influência de forma positiva, ou não, no equilíbrio do meio ambiente.

A tardia contemplação de uma Legislação Federal específica em muito contribuiu para este processo degradativo. “A Constituição Federal de 1988 (CF/88) foi o primeiro documento a trazer, de modo específico e global inclusive em capítulo próprio, regra sobre o meio ambiente, além de outras garantias previstas de modo esparso na Constituição Federal (CF/88)”. (BARSANO; BARBOSA, 2013, p. 36).

O que se notou a partir deste ponto foi uma intensificação na formulação de legislações ambientais, tornando o Brasil destaque nesse âmbito, sendo que através da Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto 1981, alterada com a vigência da lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989, que se considerou as entidades estaduais também como integrantes do SISNAMA. No contexto do estado de Goiás tem-se como

notável expoente da participação de entidades estaduais na proteção ao meio ambiente, a Polícia Militar. A esta instituição foi outorgada a obrigatoriedade de se instituir uma unidade de polícia florestal, com incumbência de realizar a proteção de nascentes, mananciais e parques ecológicos de acordo com a Constituição do estado de Goiás no art. 124 parágrafo único. (GOIÁS, 1989). Salienta-se ainda que em âmbito estadual através de Decreto (Decreto n. 6.375, de 16 de fevereiro de 2006), instituiu-se a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do estado de Goiás sendo o Batalhão de Polícia Militar Ambiental um dos seus órgãos integrantes. (GOIÁS, 2006)

Historicamente a participação da PMGO na proteção ambiental se iniciou de forma inusitada. De acordo com a Polícia Militar de Goiás (1999, p. 164) “A Companhia Independente de Policiamento Especial (CIPOLES) nasceu em consequência do acidente radioativo, provocado pela violação da cápsula de Césio 137[...]. “Chamada a intervir, a PMGO mais uma vez mostrou o seu poder de mobilização, para fazer a segurança dos focos radioativos, em caráter de emergência. (Polícia Militar de Goiás, 1999, p. 166)

Posteriormente por meio de Decreto (Decreto n. 3.441 de 05 de junho de 1990), criou-se o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, entidade atuante especializada em policiamento florestal. (GOIÁS, 1990). Já em 2010 se deram a edição de uma Portaria instaurando a CPA (Portaria nº 982, de 11 de novembro de 2010), com a finalidade de defender o meio ambiente de forma geral no estado de Goiás. (GOIÁS, 2010)

A CPA consta com unidades subordinadas que é o 1º Batalhão PM Ambiental, no qual possui quatro unidades sendo elas a 1ª Cia/Operacional que se situa em Abadia de Goiás e é a sede, 2ª Cia/Operacional em Rio Verde, 3ª Cia/Operacional em Caldas Novas e 4ª Cia/Operacional em Goianésia; a 1ª CIPMA, com dois pelotões sendo o 1º Pelotão e sede em Aruanã e o 2º Pelotão em Firminópolis; e o Núcleo de Educação Ambiental (NEA), que funciona junto com a CPA.

O papel da CPA é a proteção dos recursos naturais como consequência a preservação do meio ambiente, fiscalizar, inibir atividades que levam a crimes ambientais e implementar campanhas educativas na área ambiental.

Segura (2001, p. 13) diz, “A questão ambiental está cada vez mais presente no cotidiano da sociedade contemporânea, e principalmente no desafio da preservação da qualidade de vida da população de nossas cidades”.

Diante desta circunstância cresce a necessidade de uma formação socioambiental que se pode dar através da educação ambiental aplicado no ensino, um ato desafiador que exige uma visão crítica e inovadora. Mas não se trata somente de ensinar sobre natureza, mas de educar “para” e “com” a natureza, trata-se de ensinar sobre o papel do ser humano com o ambiente. (MEDINA; SANTOS, 2009)

Guimarães (2009, p. 15) cita que, “como forma de procurar atender a essas reais necessidades, a Constituição Brasileira de 1998 traz no capítulo referente ao meio ambiente a inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.”

Para Segura (2001, p. 21) “Ao longo dos últimos anos, a EA tem sido cogitada e adotada como uma das ações capazes de colaborar na transformação do padrão de degradação socioambiental vigente na nossa sociedade”. Esta ação leva a informação e induz a conscientização social. Ressalta-se ainda que a aplicabilidade eficaz da EA é permeada de contradições tornando-se imprescindível conciliar vias educacionais diversas para lograr êxito. Uma educação puramente instrumental é comparável a uma educação utópica, ambas fracassam quanto à aplicabilidade, sendo no âmbito ambiental necessário a convergência de conhecimentos e práticas de todas as áreas, enlaçando vivências filosóficas e culturais com conhecimentos técnicos naturais. (LEIS, 1997)

Pautado nas necessidades e desafios enfrentados no estado de Goiás no que se diz respeito a segurança e proteção ambiental, a PMGO criou e o já mencionado CPA instituiu o PGAM, materializando a busca da conscientização social e cultural como objeto auxiliar do trabalho de proteção do meio ambiente.

O PGAM inicialmente chamava-se “Guardiões da Natureza” tendo a primeira turma na cidade de Aruanã no ano de 2014. Posteriormente sendo adicionado pelo Comando da Polícia Militar do Estado de Goiás ao Plano Estratégico da Polícia Militar do Estado de Goiás Biênio 2016-2022 visando revisar e ampliar o programa.

A CPA em parceria com prefeituras, entidades e instituições públicas e privadas realizam o Projeto. O mesmo é aplicado à comunidade com enfoque nas crianças com faixa etária entre 8 a 12 anos, formando turmas com cerca de 30 alunos priorizando aqueles com bom desempenho escolar. O programa é constituído por uma grade dinâmica composta por aulas teóricas e práticas que incluem meio ambiente de forma geral, Direitos Humanos, agricultura sustentável, principais legislações e manejo consciente do lixo.

As cidades em que o projeto se encontra em aplicação são Abadia de Goiás, Abadiânia, Alto Paraíso, Rio Quente, São Simão e Trindade. Sendo que está previsto para o ano de 2018 a implantação nas demais cidades, Anápolis, Córrego do Ouro, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Inhumas, Itauçu, Nova Veneza e Teresópolis.

Com o intuito de reforçar a preservação ambiental, o Projeto tem a finalidade de trabalhar a formação de indivíduos conscientes quanto à importância da adoção de uma postura que rompa com os paradigmas passados que possibilitaram o alarmante estado de degradação ambiental.

METODOLOGIA

O artigo possui como premissa a proposição da questão problema: Trabalhar políticas ambientais com a sociedade gera resultados satisfatórios? E visa demonstrar a importância do PAGM no que tange a preservação do bioma. Partindo desse enunciado há de se arrolar informações através de entrevistas com fulcro na questão problema.

Ressalta-se como fontes de informações artigos científicos, obras bibliográficas, pesquisas em sites, publicações, leis, decretos, informativos, periódicos. No qual possibilitou a base de conhecimento sobre o referido assunto.

No presente artigo pretende-se integrar os dados obtidos em consequência a revisão de literatura com a pesquisa de campo que será realizada através de uma entrevista com um policial da CPA que integra o PAGM no estado de Goiás. A realização da entrevista com tal policial é imprescindível como forma de elucidar os pontos e questionamentos levantados pelo presente artigo, sendo um instrumento fiável na obtenção de respostas para a questão problema.

O meio escolhido para obter informações com a pesquisa de campo foi a entrevista, por possuir perguntas abertas, assim permitindo um aprofundamento no assunto elencado. O mesmo será feito por meio de ligações e envio de e-mail, sendo realizadas no dia 04 de maio de 2018. Os dados serão organizados de forma qualitativa, permitindo a confrontação dos mesmos obtidos pelas entrevistas, trazendo clareza e fiabilidade à formulação das assertivas. Será utilizado uma tabela demonstrativa. A entrevista será estruturada, mantendo o foco, ou seja, possuirá questões já estabelecidas e programadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão demonstrados os resultados obtidos por meio da entrevista, que foi realizada no dia 04 de maio de 2018, buscando discuti-los confrontando os dados levantados através da entrevista com aqueles pacificados na revisão de literatura, buscando esclarecer os questionamentos e pontos elucidados na questão problema e justificativa do trabalho.

Realizou-se a entrevista através de e-mail com o 1º SGT Darildo José Leite, biólogo e instrutor do Projeto, atuante no mesmo há seis anos. A princípio buscou-se clarificar e aprofundar as informações quanto ao foco do projeto:

O propósito do projeto visa possibilitar os bons hábitos de consumo e de convivência homem/natureza, fundamentado nos pilares da “Educação Ambiental”.
As atividades de educação ambiental desenvolvidas pelas ações do **“Projeto Guardião Ambiental Mirim” 2018, do Comando de Policiamento Ambiental/CPA/PMGO**, possibilitará ao público envolvido (crianças e jovens), sensibilização frente aos problemas ambientais, levando as pessoas envolvidas a refletir a respeito desses problemas na busca de soluções sustentáveis com objetivo de salvar a natureza, em todas as suas formas ecológicas[...]. (LEITE, 2018, grifo do autor)

Nota-se que o intuito do Projeto é de grande amplitude, buscando sensibilizar o público alvo das questões e ações que refletem no meio ambiente, bem como suscitar a busca por soluções sustentáveis.

É importante levantar questionamentos quanto ao desafio de conscientizar crianças no âmbito do Projeto, sendo o mesmo:

[...]inovador e ao mesmo tempo desafiador. Visto que O **“Projeto Guardião Ambiental Mirim” 2018, do Comando de Policiamento Ambiental/CPA/PMGO** tem a finalidade de ampliar a conscientização ambiental do público envolvido, com relação à preservação do meio ambiente no seu âmbito geral. Promovendo assim caminhos para promover a proteção a preservação da flora e fauna especificamente do Cerrado. [...] (LEITE, 2018, grifo do autor)

É perceptível os desafios apresentados ao trabalhar-se com o processo de propagar informações através da Educação Ambiental, sendo inegável a importância de realizar esse trabalho considerando o desenvolvimento socioeconômico:

[...] Também atende o propósito de colaborar de maneira ativa por intermédio da “Educação Ambiental”, o repasse de informações educativas práticas e teóricas sobre meio ambiente, buscando incorporar a importância das problemáticas junto ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, despertando a criança para essa realidade. (LEITE, 2018)

Um aspecto importante e de grande influência é a faixa etária escolhida pelo programa, visto que este aspecto liga-se intrinsecamente com a amplitude de informações absorvidas, acerca disso, “O Projeto [...] assistirá crianças na faixa etária de 8 a 12 anos, estudantes inicialmente da rede pública municipal, com ênfase a estudantes ensino fundamental.” (Leite, 2018)

Posto isso, parte-se para os questionamentos levantados sobre os efeitos pretendidos pelo Projeto tanto a médio prazo, quanto a longo prazo, o entrevistado relata que:

O **“Projeto Guardião Ambiental Mirim” 2018, do Comando de Policiamento Ambiental/CPA/PMGO** tem a finalidade de ampliar a conscientização ambiental do público envolvido, com relação à preservação do meio ambiente no seu âmbito geral. Promovendo assim caminhos para promover a proteção a preservação da flora e fauna especificamente do Cerrado. Também atende o propósito de colaborar de maneira ativa por intermédio da “Educação Ambiental”, o repasse de informações educativas práticas e teóricas sobre meio ambiente, buscando incorporar a importância das problemáticas junto ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental, despertando a criança para essa realidade.”(LEITE, 2018, grifo do autor)

Quanto ao processo de escolha das cidades, para a implantação do Projeto, é perceptível que além dos aspectos relacionados com a localização geográfica são considerados relacionamentos entre as instituições:

O **“Projeto Guardião Ambiental Mirim” 2018**, é um projeto socioambiental da PMGO, é idealizado pelo Comando de Policiamento Ambiental-CPA. Levado a efeito pelo Centro de Educação Ambiental-CEA em parceria com: instituições, empresas e Prefeituras Municipais com abrangência nos municípios goianos. (LEITE, 2018, grifo do autor)

O processo de implantação do programa na cidade escolhida ocorre por fases, conforme a tabela a abaixo.

Focar na conscientização ambiental de indivíduos é prática imprescindível para lograr êxitos em mudanças e obter resultados expressivos no âmbito da preservação ambiental. Para Segura (2001, p. 21) “Ao longo dos últimos anos, a EA tem sido cogitada e adotada como *uma das ações* capazes de colaborar na transformação do padrão de degradação socioambiental vigente na nossa sociedade”.

Tabela 1 – Processo de implantação do Projeto em conjunto com a Prefeitura - Goiás – 2018

Fases	Procedimentos
1º	Apresentação do Projeto pelo comando do CPA.
2º	Orientação e seleção dos estudantes para a implantação do Projeto.
3º	Início e ministração de noções básicas das aulas de cunho educacional ambiental (água, solo, fauna, flora, reciclagem, legislações ambientais e disciplina e hierarquia militar).

Fonte: (Leite, 2018)

A tal ponto é imprescindível discorrer sobre os resultados obtidos ainda que se considere o tempo relativamente curto de atuação do Programa. Quanto a isso:

O projeto é gerador de excelentes resultados. E é muito satisfatório para os estudantes, pais, professores, gestores públicos e para a comunidade de forma geral.

sendo atingidos os seguintes resultados:

- Que o projeto seja um excelente meio educacional para potencializar o aprendizado das crianças, e despertar seu interesse pelo meio ambiente de forma geral;
- Que as crianças, ampliem seus conhecimentos, na verdadeira cidadania ambiental, na defesa de todas as formas de vida deste planeta;
- Que o agente guardião ambiental mirim, consiga ver as belezas naturais (rios, flora, fauna, água e os recursos minerais), tratando esses passivos ambientais com respeito e admiração;
- Que o guardião ambiental mirim seja multiplicador dos conhecimentos de preservação e conservação ambiental. (LEITE, 2018)

O projeto possui como foco a Educação ambiental de indivíduos através de atividades que o expõe a situações práticas de contato com o Cerrado, como acampamentos e dinâmicas ecológicas, bem como situações teóricas como legislações ambientais e estudos acerca da fauna, flora e recursos hídricos. O trabalho de Educação Ambiental de modo geral é altamente desafiador devido caráter ainda inovador do tema. A conscientização de crianças revela-se como um ato laborioso, dado a pretensão de “[...]ampliar a conscientização ambiental [...], com relação à preservação do meio ambiente [...] para promover a proteção a preservação da flora e fauna especificamente do Cerrado.” (LEITE, 2018). Segundo Guimarães (2009), no trabalho de conscientização é preciso estar claro que conscientizar não é simplesmente transmitir valores “verdes” do professor para o aluno, e sim que o aluno construa o conhecimento e critique valores com base em sua realidade, o que não significa um papel neutro do professor, mas que propicie ao aluno confrontar criticamente diferentes valores em busca de uma síntese pessoal que refletirá em novas atitudes. Isso demonstra que o policial ambiental é um ótimo educador para este Projeto, pois ele por combater diariamente crimes ambientais, está apto a revelar esta realidade muitas vezes não conhecida pelos alunos, mostrando o impacto que estes crimes causam na natureza, fazendo com que esta nova realidade traga novos valores.

Medina e Santos (2009, p. 18) diz que, “os problemas da educação não são os mesmos para todas as pessoas, ou seja, não afetam da mesma forma os diferentes membros da sociedade e nem são todos que costumam reclamar.”

O trabalho de um projeto social com um objetivo desafiador e expressiva amplitude é relativamente mais efetivo quando se procede um significativo aumento de sua área de atuação. Espera-se a expansão gradativa conjunta às cidades em que forem possibilitadas parcerias entre o CPA e as instituições, empresas e prefeituras.

Tratando-se de mudar paradigmas e inovar conceitos e ações sociais é concreto a importância de ações educacionais de caráter multidisciplinar conforme Leis (1997), uma educação puramente instrumental é comparável a uma educação utópica, ambas fracassam quanto à aplicabilidade, sendo no âmbito ambiental necessário a convergência de conhecimentos e práticas de todas as áreas, enlaçando vivências filosóficas e culturais com conhecimentos técnicos naturais.

A faixa etária escolhida para o trabalho do programa coincide com o momento de formação escolar primária, onde o indivíduo encontra-se imerso em atividades escolares que definirão sua formação acadêmica e consciência social. Adicionar a formação de uma consciência ambiental em tal período revela-se ser prática essencial para a mencionada inovação de conceitos e ações sociais. Segundo Medina e Santos (2009, p. 24), “a Educação Ambiental é um processo que afeta a totalidade da pessoa, na etapa da educação formal, e que deveria continuar na educação permanente.” É notável que o projeto gera impacto positivo, mas segundo os autores, o projeto apresenta pontos falhos, no sentido de duração do curso, o interessante seria o apoio das escolas para trazer tarefas relacionadas ao meio ambiente ao longo da formação escolar destas crianças, afim de reformar os valores adquiridos com o curso. E para Guimarães (2009), pela gravidade ambiental no Brasil, tem-se uma grande necessidade da EA para as novas gerações em idade de formação de valores e atitudes, como também para a população em geral, pela emergência da situação em que o país se encontra. Para o autor a EA não deve ser aplicada somente para crianças, mas para toda a população.

Tratando-se de um projeto com um período de atuação ainda curto, configura-se imprudente a busca por resultados explícitos e altamente expressivos em uma esfera que envolve a renovação de conceitos de um grupo social. Contudo, observa-se que nos indivíduos que participaram do projeto foi inculcida a consciência ambiental conjunta com informações acerca de preservação ambiental. Isso torna cada indivíduo, um potencial veículo de propagação das informações e ideias suscitadas pelo projeto, conforme afirma Leite (2018), “[...]que o guardião ambiental mirim seja multiplicador dos conhecimentos de preservação e conservação ambiental.”

CONCLUSÃO

A degradação ambiental é uma realidade tanto em Goiás quanto no Brasil, mesmo com medidas severas aplicadas a crimes ambientais a ameaça de extinção do bioma Cerrado é constante. A aplicação da EA para crianças e jovens busca gerar uma conscientização, e consequente influência nas ações futuras. Observa-se que a EA fora designada para ser implantada em todos os níveis de ensino há 30 anos, não ocorrendo na prática. Conscientizar não é um papel fácil, sendo um processo de constantes reformulações, considerando que os indivíduos foco do Projeto estão inseridos em uma sociedade que historicamente não contribui para preservação ambiental. Ponderando o modo de atuação do Projeto, revela-se necessário não só ensinar, como também mostrar o impacto que a degradação causa.

Os resultados obtidos com a entrevista supriram os objetivos levantados pelo artigo, sendo que a realização deste confere visibilidade ao papel da polícia como importante instrumento social na luta pela preservação ambiental no estado de Goiás.

Foi levantado uma questão no presente trabalho: Trabalhar políticas ambientais com a sociedade gera resultados satisfatórios? Ao longo destes 30 anos de implantação da EA no Brasil os resultados satisfatórios foram poucos, o Projeto Guardião Ambiental Mirim mostra ser bastante inovador, sendo muito cedo para dizer se tem gerado resultados satisfatórios, mas de acordo com os idealizadores do projeto, o mesmo tem alcançados os resultados que eles esperam, ou seja, é um Projeto muito promissor.

As limitações do estudo se deram por parte da pesquisa de campo, que foram entrevistas, por ser em outra cidade, foi complicado conseguir mais entrevistas, o que iria enriquecer em muito o trabalho. Se ocorrer trabalhos futuros relacionados a preservação ambiental será buscado projetos locais, facilitando a pesquisa de campo.

Portanto, o Projeto Guardião Ambiental Mirim é inovador e promissor. Dessa forma, uma melhor otimização de resultados seria expandir estes métodos de ensino para as escolas de ensino fundamental e médio, a fim de, levar esta conscientização ambiental em toda a formação escolar destas crianças e consequentemente para toda vida.

REFERÊNCIAS

BARSAÑO, P. ROBERTO; BARBOSA, R. PEREIRA. **Meio Ambiente: guia prático e didático**. 2. Ed. São Paulo: Érica, 2013.

BRASIL. LEI n. 7.804, de 18 de jul. de 1989. **Política Nacional do Meio Ambiente**, Brasília, DF, jul 1989.

GOIÁS. **Constituição do Estado de Goiás**. Goiânia, GO, out 1989.

_____. **Decreto n. 3.441 de 05 de junho de 1990**. Goiânia, GO, jun 1990.

_____. **Decreto n. 6.375, de 16 de fev. de 2006**. Goiânia, GO, fev 2006.

_____. **Portaria nº 982, de 11 de novembro de 2010**. Goiânia, GO, nov 2010.

GOIÁS, POLÍCIA MILITAR DE. O Anhanguera. Goiânia: 1999.

GUIMARÃES, MAURO. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 9. Ed. São Paulo: Papirus, 2009.

IBGE. **Goiás**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2015**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INPE. **Monitoramento dos Focos Ativos por Estados**. Disponível em: < http://www.inpe.br/queimadas/portal/estatistica_estados>. Acesso em: 25 jan. 2018.

LEIS, HÉCTOR. **Meio ambiente e educação para cidadania: uma relação paradoxal**.

Debates Socioambientais. São Paulo: Cedec, 1997.

MEDINA, NANÁ MININNI; SANTOS, ELIZABETH DA CONCEIÇÃO. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PRADO, LUCAS ARAUJO. A perda da biodiversidade do cerrado goiano mediante o tráfico ilegal de fauna silvestre. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Goiânia: 2012.

SEGURA, DENISE DE SOUZA BAENA. **Educação ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua a consciência crítica**. São Paulo: Fapesp, 2001.

Anexo A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO VOLTADO A POLICIAIS DA CPA QUE COMPÕEM A PAGM NO ESTADO DE GOIÁS.